

Sumário

Apresentação	xiii
Prefácio	xvii
Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – Breve Histórico da Proteção da Coletividade	7
2.1. O direito romano.....	8
2.2. A Europa medieval e as ações coletivas	10
2.3. A transição para os períodos moderno e contemporâneo	15
2.3.1. O liberal-individualismo.....	16
2.3.2. A consciência de classe	18
2.4. O século XX	20
2.4.1. A semente das ações coletivas passivas no Brasil	21
2.4.2. O contexto social do pós-guerra.....	23
2.4.3. A consciência dos direitos difusos.....	24
2.4.4. O direito processual em evolução	25
2.4.5. O movimento de acesso à justiça e a ação coletiva passiva	28
2.4.6. O direito processual coletivo brasileiro em ascensão: o prote- cionismo aos direitos coletivos.....	29
2.5. Breves notas sobre as class actions nos EUA	32
2.6. O contexto atual: a necessidade de controle da coletividade	40
Capítulo 3 – Uma Proposta de Definição das Ações Coletivas Passivas	47
3.1. Definição	50
3.2. Espécies	53
3.3. Classificação	54
Capítulo 4 – Fundamentos da Ação Coletiva Passiva	55
4.1. Princípios e regras	55
4.2. Regras. O alcance do art. 6º do Código de Processo Civil	67
4.3. Incidência direta de princípios	76
4.4. Ponderação de princípios em colisão	79
4.5. A inafastabilidade do controle jurisdicional e o devido processo legal na ação coletiva passiva.....	84
4.5.1. A ofensa direta aos princípios	84
4.5.2. A expansão e os limites da inafastabilidade do controle jurisdic- cional.....	85

4.5.3. A expansão e os limites do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da segurança jurídica.....	89
4.5.4. Os fundamentos da ação coletiva passiva norte-americana (<i>defendant class action vs. due process of law</i>).....	99
Capítulo 5 – Possibilidade da Ação Coletiva Passiva <i>de Lege Lata</i>. Questões Processuais sob a Ótica dos Princípios.....	107
5.1. Legitimidade extraordinária no processo coletivo	107
5.1.1. Representatividade adequada real: uma tentadora solução	111
5.1.2. A questão mínima da inafastabilidade da jurisdição	117
5.1.3. A questão dos sindicatos	118
5.1.4. Ações coletivas passivas incidentes ou derivadas e a figura do Ministério Público como réu	122
5.1.5. A personificação jurídica como artifício da legitimidade do grupo. Os grupos organizados como associações de fato e as associações legalmente constituídas.....	127
5.1.6. Situações legitimantes	138
5.2. A coisa julgada	140
5.2.1. A Coisa julgada na ação coletiva passiva ordinária	141
5.2.1.1. Direitos difusos e coletivos em sentido estrito.....	142
5.2.1.2. Direitos individuais homogêneos.....	143
5.2.2. A Coisa julgada na ação duplamente coletiva	146
5.2.3. A coisa julgada e o sindicato.....	147
5.2.4. A coisa julgada e o caráter dúplice e ambivalente da ação como forma de garantir a efetividade do processo: uma proposta <i>de lege ferenda</i>	148
5.2.5. Problemas da coisa julgada na ação coletiva passiva em geral ...	149
5.3. Questões atuais específicas.....	151
5.3.1. A revelia.....	151
5.3.2. A liquidação e a execução da sentença na ação coletiva passiva ..	152
5.4. O Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América, os anteprojetos de Código Brasileiro de Processos Coletivos e a ação coletiva passiva	153
Capítulo 6 – Conclusões	159
Referências Bibliográficas	167